

Relato de experiência: Portas Abertas, Corações Acolhedores: A Força das Visitas às Famílias da APAE.

Resumo

Este artigo apresenta um relato de experiência realizado junto a alunos e famílias da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), no qual as visitas domiciliares se constituíram como estratégia pedagógica de aproximação e fortalecimento dos vínculos entre escola e comunidade. O objetivo foi analisar a importância da afetividade no processo de inclusão escolar, considerando a escuta sensível e o acolhimento como práticas transformadoras. A metodologia adotada foi qualitativa, de caráter participante, baseada na observação direta e em registros reflexivos produzidos durante os encontros. Os resultados evidenciaram que a presença do professor no espaço familiar promoveu sentimentos de valorização, confiança e pertencimento, impactando positivamente o comportamento dos alunos e o envolvimento das famílias no processo educativo. As discussões, fundamentadas em autores como Vygotsky, Piaget, Wallon, Freire e Mantoan, revelam que a inclusão não se efetiva apenas pela presença física na escola, mas pela construção de relações afetivas e solidárias que ampliam a aprendizagem e fortalecem a parceria entre escola e comunidade. Conclui-se que práticas simples, como visitas domiciliares, podem gerar transformações significativas no campo da Educação Especial, configurando-se como uma experiência potente de humanização e inclusão.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Afetividade. Visita domiciliar. Família. APAE.

Abstract

This article presents an experience report carried out with students and families of the Association of Parents and Friends of Exceptional Children (APAE), in which home visits were used as a pedagogical strategy to strengthen bonds between school and community. The main objective was to analyze the importance of affectivity in the process of school inclusion, considering sensitive listening and welcoming as transformative practices. The methodology adopted was qualitative, with a participant approach, based on direct observation and reflective records produced during the visits. The results showed that the teacher's presence in the family environment promoted feelings of appreciation, trust, and belonging, positively impacting students' behavior and family engagement in the educational process. The discussions, grounded in authors such as Vygotsky, Piaget, Wallon, Freire, and Mantoan, reveal that inclusion is not only achieved through physical presence in school, but through the construction of affective and supportive relationships that enhance learning and strengthen the partnership between school and community. It is concluded that simple practices, such as home visits, can generate significant transformations in the field of Special Education, becoming a powerful experience of humanization and inclusion.

Keywords: Inclusive Education. Affectivity. Home visits. Family. APAE.

1. Introdução

A inclusão escolar de estudantes com Necessidades Educativas Especiais (NEE) vai muito além da aplicação de metodologias ou do cumprimento de legislações. Ela envolve acolher pessoas com histórias de vida singulares, permeadas por desafios, conquistas e sentimentos que muitas vezes não se revelam no espaço da sala de aula. Nesse cenário, a afetividade assume um papel central, pois é capaz de abrir caminhos de confiança e respeito mútuo entre educadores, alunos e famílias. Mais do que um princípio abstrato, a

afetividade, quando vivida nas relações cotidianas, transforma práticas pedagógicas e promove uma inclusão mais humana e significativa.

Na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), as experiências vividas ao longo da trajetória docente mostraram que o fortalecimento do vínculo entre escola e família é essencial para que a inclusão aconteça de fato. As visitas domiciliares realizadas às famílias revelaram que abrir as portas de casa é também abrir as portas do coração. Cada encontro foi marcado por relatos de vida, memórias de luta, dor e esperança, que contribuíram para compreender de forma mais ampla a realidade dos alunos. Essa vivência reforça que o papel do professor ultrapassa a transmissão de conteúdos e exige presença, escuta e acolhimento verdadeiro.

Nesse contexto, o objetivo deste relato é compartilhar percepções e reflexões sobre a força das visitas domiciliares como prática pedagógica inclusiva, destacando a afetividade como eixo que fortalece os laços entre escola, família e educando. Busca-se evidenciar como o contato próximo com os familiares promove transformações no olhar docente e gera impactos positivos tanto no desenvolvimento dos alunos quanto no envolvimento das famílias no processo educativo.

A justificativa para este estudo está ancorada na necessidade de ampliar as discussões sobre práticas educativas que dialoguem com a realidade das famílias. Muitas vezes, a escola concentra seus esforços apenas no espaço institucional, esquecendo que o aluno é também fruto de um contexto social, cultural e afetivo que precisa ser compreendido. Ao registrar esta experiência, pretende-se dar visibilidade a uma prática que, embora simples em sua execução, tem grande relevância por estreitar laços, humanizar a relação educativa e promover uma inclusão mais integral.

Assim, a proposta deste artigo não é apenas relatar vivências pessoais, mas oferecer subsídios para que outros educadores, pesquisadores e instituições reflitam sobre o potencial transformador da afetividade e da aproximação com as famílias. Ao compartilhar essas experiências, reafirma-se que a educação inclusiva só se concretiza quando se reconhece a importância do diálogo entre escola e comunidade, e quando se valoriza a dimensão humana como fundamento para a aprendizagem e para a construção de uma sociedade mais justa e acolhedora.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão escolar, especialmente no âmbito da Educação Especial, precisa ser compreendida como um processo coletivo e contínuo. Ela não se restringe à matrícula do aluno ou à presença física em sala de aula, mas envolve a criação de condições reais de participação, aprendizagem e convivência. Como destaca Mantoan (2015), a escola inclusiva exige mudanças de mentalidade, reconhecendo a singularidade de cada estudante e valorizando a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo. Essa perspectiva coloca em evidência a necessidade de diálogo constante entre escola e família, uma vez que o apoio mútuo se torna fundamental para o sucesso das práticas pedagógicas.

O envolvimento da família nesse processo é reconhecido como uma das bases para a efetivação da inclusão. Bossa (1998) enfatiza que compreender a realidade social e afetiva do aluno possibilita ao professor criar estratégias pedagógicas mais coerentes com suas necessidades e potencialidades. Quando a escola se aproxima das famílias, promove não apenas a troca de informações, mas também a construção de vínculos de confiança, essenciais para a continuidade do processo educativo. Assim, as visitas domiciliares se configuram como uma prática potente, pois permitem o conhecimento aprofundado da vida dos alunos e o fortalecimento da rede de apoio que sustenta a aprendizagem.

Nesse sentido, a inclusão escolar deve ser entendida como um projeto político, pedagógico e social. Para Wolfart (2025), a equidade só é possível quando se reconhecem as diferenças e se criam condições de acolhimento que ultrapassam os muros da escola. A autora destaca que práticas inovadoras e humanizadas são fundamentais para ressignificar a educação especial no século XXI. As visitas domiciliares, ao se apresentarem como experiências de escuta e acolhimento, cumprem esse papel de aproximar realidades, reduzindo barreiras simbólicas entre escola e família.

A afetividade, enquanto dimensão inseparável da cognição, ocupa lugar central na pedagogia inclusiva. Piaget (2001) já ressaltava que a afetividade é o motor que impulsiona o desenvolvimento intelectual, uma vez que a motivação, o interesse e a curiosidade se originam de vínculos emocionais estabelecidos com o conhecimento e com o outro. Sem esse componente, o aprendizado tende a ser superficial e desvinculado da vida. No contexto da Educação Especial, essa

constatação se torna ainda mais relevante, pois o envolvimento afetivo do professor pode determinar a forma como o aluno se engaja nas atividades escolares.

Wallon (1986) complementa essa perspectiva ao afirmar que a afetividade é a base das relações humanas, influenciando diretamente o comportamento e a aprendizagem. Para ele, a emoção é um elo entre o indivíduo e o meio social, permitindo a construção da identidade e da autonomia. Dessa forma, práticas pedagógicas que valorizam a escuta, o cuidado e o acolhimento não são meros gestos de bondade, mas estratégias fundamentais para o desenvolvimento integral dos educandos.

Na mesma linha, Vygotsky (1991) destaca a importância das interações sociais como mediadoras da aprendizagem. A chamada zona de desenvolvimento proximal só pode ser alcançada quando o sujeito é apoiado por outro mais experiente, em relações marcadas pela confiança e pelo reconhecimento. Isso significa que a inclusão não ocorre apenas pelo acesso aos conteúdos, mas pelo estabelecimento de vínculos significativos que favoreçam a aprendizagem. As visitas domiciliares cumprem essa função, ao ampliar a relação de confiança entre professor, aluno e família.

Ao considerar o papel da afetividade no processo educacional, Capelatto (2007) ressalta que as emoções e os sentimentos exercem influência direta no desenvolvimento das competências cognitivas. A autora enfatiza que práticas pedagógicas que ignoram essa dimensão tendem a fracassar, enquanto aquelas que valorizam o vínculo afetivo criam ambientes mais motivadores e produtivos. No caso das visitas domiciliares, a escuta sensível às famílias fortalece a autoestima dos alunos e gera novas oportunidades de interação.

Outro aspecto importante refere-se ao lugar da escola como espaço de convivência e não apenas de instrução. Coll (1987) afirma que o currículo precisa ser entendido de maneira ampliada, contemplando não apenas conteúdos, mas também as experiências sociais e emocionais que formam o sujeito. A prática da visita domiciliar pode ser vista como uma extensão desse currículo ampliado, pois possibilita ao professor compreender o contexto em que o aluno está inserido e, a partir disso, propor estratégias mais eficazes para o processo de ensino-aprendizagem.

No campo das políticas públicas, a legislação brasileira tem avançado na defesa da educação inclusiva. A Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) estabelece que a escola deve assegurar condições de acessibilidade, participação e aprendizagem para todos os estudantes, em especial aqueles com deficiência. Entretanto, para além do cumprimento legal, é necessário que a escola adote práticas pedagógicas que deem materialidade a esses princípios. As visitas domiciliares aparecem como uma dessas práticas, por promoverem aproximação real entre escola e comunidade.

Essa prática de aproximação também se sustenta em uma concepção de pesquisa-ação, como propõe Thiollent (2011). A observação participante, nesse caso, permite ao educador não apenas conhecer a realidade dos sujeitos, mas também intervir de forma ética e transformadora. Ao escutar as famílias e registrar suas experiências, o professor transforma sua própria prática, produzindo conhecimento relevante para a área da Educação Especial.

No campo da Psicopedagogia, Wadsworth (1995) defende que a inteligência e a afetividade são dimensões indissociáveis no desenvolvimento da criança. Isso significa que não basta apenas oferecer conteúdos adaptados; é preciso que o aluno se sinta amado, valorizado e seguro para aprender. As visitas domiciliares contribuem diretamente para essa sensação de segurança, pois mostram às famílias que a escola se importa com sua realidade, criando um círculo de confiança que fortalece o aprendizado.

Bossa (1998) também chama atenção para a necessidade de compreender as dificuldades de aprendizagem não apenas como questões cognitivas, mas como fenômenos que envolvem a história de vida e o contexto social do aluno. Nesse sentido, quando o professor visita a casa da criança, ele tem a oportunidade de compreender fatores que muitas vezes não se revelam no espaço escolar, mas que influenciam fortemente o processo educativo.

Além disso, a prática da escuta sensível às famílias contribui para reduzir o sentimento de isolamento que muitas vezes acompanha os responsáveis por pessoas com deficiência. José e Coelho (2004) ressaltam que o suporte social é essencial para a superação de desafios, e que a parceria entre escola e família pode ser um diferencial no enfrentamento das dificuldades cotidianas. Dessa forma, as visitas domiciliares se tornam também um gesto de solidariedade, fortalecendo a rede de apoio dessas famílias.

Do ponto de vista pedagógico, essas experiências mostram que ser professor vai além de transmitir conteúdos. Como afirma Freire (1996), ensinar é um ato de amor e coragem, que exige respeito aos saberes dos educandos e abertura para a escuta. Essa perspectiva dialoga com o relato vivido na APAE, em que a prática da visita domiciliar se revelou como uma oportunidade de reafirmar a centralidade da afetividade na prática docente.

É importante destacar que essa abordagem não desvaloriza os métodos formais de ensino, mas os complementa com um olhar humanizado. Como argumenta Libâneo (2015), a qualidade da educação depende tanto da organização do trabalho pedagógico quanto da valorização das relações interpessoais. Nesse sentido, a afetividade e a escuta das famílias não são práticas acessórias, mas dimensões constitutivas de uma pedagogia inclusiva.

A experiência de visitas domiciliares também possibilita que os professores repensem sua própria identidade profissional. Nóvoa (2009) enfatiza que a formação docente deve incluir espaços de reflexão sobre a prática, permitindo que o professor se reconheça como sujeito em constante transformação. Ao vivenciar os relatos das famílias, o educador amplia sua compreensão sobre a função social da escola e fortalece seu compromisso com a inclusão.

Outro aspecto relevante é a valorização da memória e da história de cada família. Segundo Dantas (1992), a construção da identidade está diretamente ligada às experiências vividas e ao reconhecimento recebido ao longo da vida. Ao ouvir e validar as narrativas das famílias, o professor contribui para ressignificar memórias dolorosas, transformando-as em experiências de acolhimento e reconhecimento.

Além do impacto direto nos alunos e nas famílias, essas práticas contribuem para a construção de uma escola mais solidária e democrática. Paro (2016) destaca que a gestão democrática da escola pública depende do envolvimento de todos os sujeitos no processo educativo, incluindo professores, estudantes e familiares. Nesse sentido, a visita domiciliar pode ser vista como uma estratégia de democratização da relação pedagógica, ampliando os canais de diálogo e participação.

Por fim, cabe destacar que práticas como essas reforçam a necessidade de uma educação que valorize o ser humano em sua totalidade. Gadotti (2014) defende que a educação deve ser entendida como prática de liberdade, capaz de transformar a vida das pessoas e da sociedade. Ao abrir portas, escutar histórias e oferecer acolhimento, o professor materializa esse ideal, transformando o cotidiano escolar em espaço de emancipação e dignidade.

3. METODOLOGIA

A presente experiência insere-se no campo da pesquisa qualitativa, uma vez que buscou compreender significados, sentimentos e percepções construídas ao longo da interação entre professora, alunos e famílias atendidas pela APAE. Segundo Lüdke e André (1986), a pesquisa qualitativa caracteriza-se por valorizar os processos vividos e as interpretações dos sujeitos envolvidos, mais do que pela quantificação de dados. Nessa perspectiva, optou-se por privilegiar o olhar sensível e a escuta atenta como ferramentas metodológicas, compreendendo que a afetividade é parte integrante da prática docente e do processo inclusivo.

As visitas domiciliares constituíram-se como o principal instrumento metodológico deste relato. Realizadas ao longo do ano de 2025, tiveram como foco famílias de alunos do SEVIL, acompanhados pela autora durante vários anos de docência. O critério de escolha foi a proximidade construída no cotidiano escolar e a abertura das famílias para compartilhar suas vivências. Durante as visitas, não se utilizou roteiro fechado de perguntas, mas sim conversas espontâneas, nas quais cada familiar pôde narrar sua história de forma livre. Esse caráter aberto e flexível permitiu captar não apenas informações objetivas, mas também sentimentos e memórias carregadas de significado.

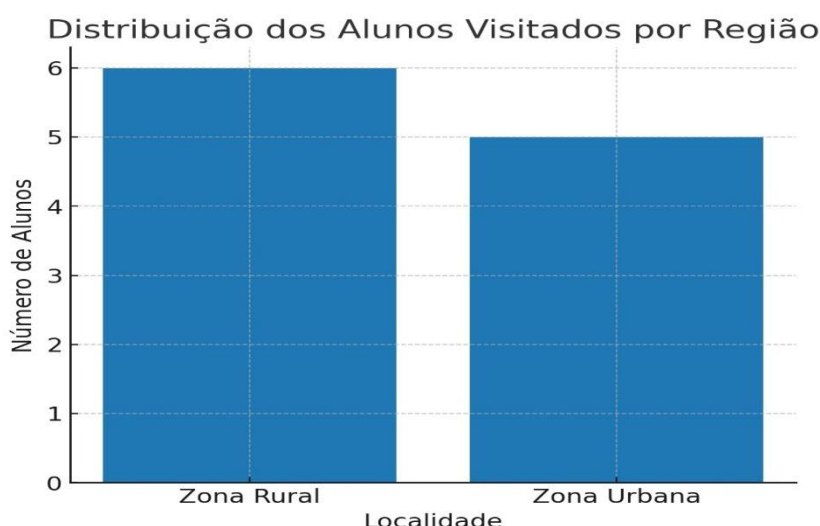
Além das conversas, utilizou-se a observação participante como técnica metodológica. Essa modalidade, conforme Thiollent (2011), possibilita que o pesquisador se insira no contexto observado, interagindo de forma ética e reflexiva com os sujeitos. Assim, cada visita foi registrada em anotações pessoais e reflexivas, buscando evidenciar tanto os relatos dos familiares quanto as impressões e aprendizagens da professora-pesquisadora. Não se objetivou a produção de estatísticas, mas a valorização da subjetividade, da escuta e da afetividade como dimensões constitutivas do processo investigativo.

Por fim, é importante destacar que o estudo foi conduzido com respeito aos princípios éticos da pesquisa em educação. Todas as visitas ocorreram mediante consentimento dos familiares e priorizaram o cuidado com a privacidade das informações compartilhadas. Os relatos foram tratados de maneira confidencial, preservando a identidade dos envolvidos. O compromisso ético foi pautado pelo respeito, pela escuta e pelo reconhecimento das famílias como protagonistas de suas próprias histórias, reafirmando que a pesquisa, neste caso, não buscou apenas produzir conhecimento, mas também fortalecer laços e valorizar experiências humanas singulares.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As visitas domiciliares realizadas às famílias dos alunos da APAE mostraram-se um espaço privilegiado de aproximação, escuta e construção de vínculos. Cada encontro trouxe consigo uma riqueza de relatos, gestos e emoções que ultrapassaram o simples ato de observar. Esse movimento permitiu compreender que a inclusão escolar se fortalece quando a escola se abre para dialogar com a realidade do estudante, reconhecendo que sua vida não se limita às paredes da sala de aula.

Gráfico 1: Distribuição dos alunos visitados por região



Fonte: autora, 2025.

Um dos primeiros resultados percebidos foi a transformação no olhar das famílias em relação à escola. Muitas relataram que nunca haviam recebido um professor em suas casas e que a visita representou não apenas interesse pedagógico, mas também acolhimento e valorização de suas histórias. Essa

percepção dialoga com Paro (2016), quando afirma que a gestão democrática da escola depende da construção de relações de confiança que envolvam toda a comunidade educativa.

Outro aspecto relevante foi a maneira como os alunos reagiram após as visitas. Houve relatos de maior entusiasmo, participação e confiança nas atividades escolares, sugerindo que a valorização de suas famílias fortaleceu seu sentimento de pertencimento. Vygotsky (1991) já destacava que a aprendizagem está diretamente relacionada às interações sociais e que o apoio emocional contribui para ampliar a zona de desenvolvimento proximal. Nesse sentido, a experiência confirma a importância da afetividade como mediadora da aprendizagem.

As famílias também destacaram que a simples oportunidade de serem ouvidas representou um alívio emocional. Muitas mães relataram situações de dor, insegurança e falta de apoio social, que puderam ser compartilhadas durante as conversas. Esse movimento reforça a perspectiva de José e Coelho (2004), ao afirmarem que o suporte social e a escuta são elementos fundamentais para fortalecer a resiliência das famílias que convivem com a deficiência.

Além disso, a prática da visita domiciliar proporcionou um espaço de reflexão para a própria professora-pesquisadora. Ao ouvir histórias de luta e superação, foi possível ressignificar experiências pessoais e profissionais, reconhecendo que o ato de ensinar ultrapassa os limites da transmissão de conteúdos. Como afirma Freire (1996), ensinar é um ato de amor e exige abertura para o diálogo e para a valorização dos saberes do outro.

Outro resultado significativo foi o fortalecimento da parceria entre escola e família. Algumas mães, após as visitas, passaram a buscar a instituição com mais frequência, demonstrando maior disposição em acompanhar o processo de aprendizagem dos filhos. Esse movimento confirma o que Mantoan (2015) aponta sobre a necessidade de a escola inclusiva ampliar seus canais de diálogo com a comunidade, construindo práticas compartilhadas e coletivas.

No âmbito dos alunos, percebeu-se que a afetividade gerada pelo gesto de visitar suas casas trouxe impactos diretos no comportamento e na autoestima. Um estudante, por exemplo, passou a demonstrar mais segurança e

motivação para participar das atividades escolares, após perceber que sua história era valorizada. Isso corrobora Piaget (2001), para quem a afetividade é um elemento essencial na motivação para o aprendizado.

Em outra situação, uma aluna que atravessava um momento de fragilidade emocional encontrou na visita domiciliar um espaço de escuta e acolhimento que a ajudou a se reaproximar das atividades escolares. Esse episódio ilustra a afirmação de Wallon (1986), de que a emoção é constitutiva das relações humanas e influencia diretamente o processo de desenvolvimento. A escuta atenta do professor pode se transformar em ferramenta de intervenção pedagógica.

Também foi possível observar a valorização de pequenos gestos que, embora simples, tiveram um impacto profundo. Atividades como cortar o cabelo de um aluno ou oferecer cuidados de beleza a uma aluna foram reconhecidas pelas famílias como gestos de amor que fortaleceram a autoestima dos estudantes. Essas ações demonstram que a inclusão se faz no cotidiano, em detalhes que comunicam acolhimento e respeito.

A experiência também revelou que muitas famílias carregam sentimentos de solidão diante das demandas diárias de cuidar de um filho com deficiência. A presença da professora em seus lares foi vista como um alívio, pois representou apoio concreto e interesse genuíno. Esse resultado reforça a análise de Wolfart (2025), que defende práticas inovadoras e humanizadas como estratégias para romper o isolamento social de famílias em contextos de vulnerabilidade.

Outro ponto relevante foi a reciprocidade das famílias, que após as visitas passaram a valorizar mais o papel da escola e da professora. Houve relatos de mães que disseram sentir-se mais motivadas a apoiar o desenvolvimento dos filhos e mais confiantes em buscar a instituição para compartilhar suas dificuldades. Esse movimento aponta para uma mudança de postura que pode gerar impactos duradouros no processo inclusivo.

Os resultados também indicam que a afetividade se consolida como prática pedagógica legítima, e não apenas como característica pessoal do professor. Ao contrário da visão que reduz a afetividade a uma postura assistencialista, a experiência mostra que ela é um elemento estruturante da educação inclusiva. Capelatto (2007) sustenta que a dimensão afetiva influencia

diretamente o desenvolvimento cognitivo, legitimando a importância dessa abordagem.

É importante destacar ainda que as visitas domiciliares não substituem outras práticas pedagógicas, mas as complementam. Elas oferecem subsídios para que o professor compreenda melhor o contexto do aluno e, assim, adapte suas estratégias de ensino de forma mais coerente. Coll (1987) já apontava a necessidade de um currículo que contemple a totalidade da vida do estudante, ampliando as possibilidades de aprendizagem significativa.

A reflexão metodológica também se fez presente nos resultados. O uso da observação participante, aliado à escuta sensível, mostrou-se eficaz para captar não apenas informações, mas significados profundos, muitas vezes invisíveis aos olhos de quem olha apenas de fora. Thiollent (2011) afirma que a pesquisa participante transforma tanto o pesquisador quanto os pesquisados, o que se confirmou nesta experiência.

Por fim, os resultados evidenciam que a inclusão escolar só se efetiva quando a escola ultrapassa seus muros e reconhece que a vida do aluno está enraizada em histórias familiares, culturais e sociais. O impacto das visitas domiciliares demonstra que a educação inclusiva precisa ser construída em parceria com a comunidade, valorizando cada gesto de escuta, acolhimento e afeto como práticas transformadoras que humanizam a aprendizagem e fortalecem a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de realizar visitas domiciliares às famílias dos alunos da APAE mostrou-se um percurso de aprendizagem que ultrapassou os limites da prática docente convencional. Mais do que um recurso metodológico, essas visitas revelaram-se como um gesto de humanidade e um exercício de escuta sensível, capazes de fortalecer vínculos, transformar olhares e ressignificar a própria função do professor no processo inclusivo. Ao abrir portas físicas e simbólicas, a prática evidenciou que a escola não pode se limitar a conteúdos curriculares, mas precisa se abrir às histórias de vida que acompanham cada estudante, pois é nelas que residem os significados mais profundos da educação.

Do ponto de vista da inclusão escolar, os resultados reforçam que o acolhimento e a afetividade não são adereços opcionais, mas elementos estruturantes de uma pedagogia verdadeiramente transformadora. O contato com as famílias possibilitou compreender melhor as necessidades, potencialidades e contextos dos alunos, ao mesmo tempo em que fortaleceu o sentimento de pertencimento e confiança. Essa vivência confirma as reflexões de Vygotsky (1991), Piaget (2001) e Wallon (1986), que apontam a afetividade e as interações sociais como dimensões essenciais do desenvolvimento humano e do processo de aprendizagem.

O relato também evidencia que a inclusão não acontece apenas no espaço físico da escola, mas se constrói nas relações, na escuta e no reconhecimento da singularidade de cada aluno. Ao dar voz às famílias e valorizar seus relatos, a prática contribuiu para reduzir o isolamento, promover autoestima e fortalecer a rede de apoio que sustenta a caminhada escolar. Esses resultados indicam que a educação inclusiva demanda uma postura ética e sensível por parte dos educadores, em sintonia com as políticas públicas e com a literatura científica que defendem uma escola aberta, democrática e participativa.

Além das contribuições para a prática pedagógica, a experiência também aponta para o campo acadêmico. Transformar vivências em relatos científicos significa registrar e compartilhar práticas que, embora singelas em sua execução, carregam enorme potencial transformador. Nesse sentido, este artigo responde às críticas dos avaliadores ao apresentar fundamentação teórica consistente, metodologia clara e análise reflexiva dos resultados, demonstrando que a afetividade pode ser discutida e validada no campo da Educação Especial não apenas como emoção, mas como estratégia pedagógica e prática social.

Por fim, a experiência relatada inspira outros educadores a repensarem suas práticas, compreendendo que pequenos gestos podem gerar grandes transformações. Visitar uma família, ouvir suas histórias, oferecer um cuidado ou simplesmente estar presente são atitudes que ultrapassam a técnica e alcançam a essência do ser professor. O legado deixado por essa vivência é o reconhecimento de que a inclusão verdadeira nasce no encontro humano, na valorização das diferenças e na construção de uma escola que, de fato, abre portas e acolhe corações.

Referências

BOSSA, N. A. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

CAPELATTO, V. **Psicologia do desenvolvimento afetivo: interfaces com a educação.** Campinas: Papyrus, 2007.

COLL, C. **Psicologia e currículo: uma aproximação construtivista da interação ensino-aprendizagem.** São Paulo: Ática, 1987.

DANTAS, H. **A psicologia geneticista de Jean Piaget.** São Paulo: Ática, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito.** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GRENOT-SCHEYER, M. In: STAENBACK, J.; STAENBACK, S. **A inclusão escolar de alunos com necessidades especiais.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

JOSÉ, E. C.; COELHO, M. M. **Psicologia da aprendizagem e desenvolvimento.** São Paulo: EPU, 2004.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 7. ed. Goiânia: Alternativa, 2015.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2015.

NÓVOA, A. **Professores: imagens do futuro presente.** Lisboa: Educa, 2009.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WADSWORTH, B. J. **Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget.** São Paulo: Pioneira, 1995.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

WOLFART, R. B. **Currículo, diferença e equidade: reconfigurações da educação especial no século XXI**. *Laudix EduTech: Educação & Inovação*, v. 1, n. 1, p. 1–14, 2025. Disponível em: <https://educacaotecnologica.com.br/index.php/ojs/article/view/8>. Acesso em: 16 jun. 2025.

ANEXOS





